

António Rodrigues Sampaio: jornalista (e) político no Portugal oitocentista¹

“Pregador era a maneira antiga de ser jornalista, como jornalista é a maneira moderna de ser pregador.”

Sampaio Bruno, 1908

Jorge Pedro Sousa

Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media e Jornalismo

Sandra Tuna

Universidade Fernando Pessoa e Centro de Estudos Culturais, da Linguagem e do Comportamento

Patrícia Teixeira

Universidade Fernando Pessoa

Liliana Mesquita Machado

Universidade Fernando Pessoa

Maria Érica Lima

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

António Rodrigues Sampaio foi um dos principais expoentes do jornalismo doutrinário e da política portuguesa no século XIX, podendo ser considerado o político jornalista, ou o jornalista político, de maior sucesso nessa época, até porque, embora por curto tempo, chegou a chefe do Governo. Este trabalho, sustentado em pesquisa bibliográfica, hemerográfica e documental e numa análise instrumental do discurso, procura: (1) reconstruir e interpretar a sua história de vida, centrando-a no exercício do jornalismo; (2) avaliar a influência que exerceu no seu tempo através do jornalismo; (3) determinar qual o seu pensamento sobre o jornalismo; e (4) apresentar os principais jornais que dirigiu – *A Revolução de Setembro* e *O Espectro*, este último um jornal clandestino do tempo da Patuleia redigido integralmente por si. Concluiu-se que a sua frase “antes quero uma imprensa

¹ Pesquisa apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e com co-financiamento da União Europeia através do QREN, programa COMPETE, fundos FEDER. Projecto PTDC / CCI-JOR/100266/2008 e FCOMP-010124-FEDER-009078.

anárquica do que uma imprensa perseguida” ilustra bem o seu pensamento e cola-se à parte da sua vida em que, como publicista e panfletário, combateu pela mais ampla liberdade de imprensa e por um liberalismo de esquerda, causas às quais sacrificou a própria liberdade. Contraditoriamente, chegado ao Parlamento e, depois, ao Governo, tornou-se num paradigma do pragmatismo e da defesa dos progressos materiais do país em detrimento da ideologia e intentou vários processos judiciais contra jornalistas, paradoxalmente por abuso de liberdade de imprensa. Inclusivamente, atingindo a chefia do Governo, promulgou portarias polémicas visando a sonegação de informações à imprensa. Uma delas impedia que fossem dadas aos jornalistas informações sobre a concessão de honrarias pelo Rei, sob proposta do Governo; outra, restringia o acesso dos jornalistas às informações policiais, roubando a acção policial ao escrutínio público. Em acréscimo, pela prosa de Sampaio percebe-se que muitos dos problemas do Portugal de oitocentos são os de hoje: situação periférica do país em relação à Europa; instabilidade governativa; défice orçamental; dívida externa; atraso industrial e infra-estrutural; instabilidade nas políticas da educação; justiça disfuncional; etc.

Palavras-chave: António Rodrigues Sampaio; Portugal; século XIX; jornalistas; jornalismo; jornalismo político; política; *A Revolução de Setembro*; *O Espectro*; *O Eco de Santarém*; *A Vedeta da Liberdade*.

Introdução

Quando o biografado neste texto, António Rodrigues Sampaio, nasceu, em 1806, em São Bartolomeu do Mar, Esposende, poucos eram os jornais existentes em Portugal e os que circulavam tinham um cunho circunspecto ou mesmo oficioso, caso da *Gazeta de Lisboa*. Só com a Revolução Liberal de 1820 Portugal viu surgir no seu território o jornalismo doutrinário, acutilante e frequentemente descomedido, dominante durante todo o período em que Rodrigues Sampaio viveu. Era o tempo do Romantismo:

(...) a presença do novo público e as novas relações entre o escritor e o público acabam por criar o estilo, os géneros e o sentido estético que caracterizam o Romantismo em relação ao Classicismo.

As grandes camadas burguesas crentes na capacidade de criar riqueza e de providenciar o destino individual encontram-se então numa fase de combatividade ideológica, animadas de uma confiança na natureza e no futuro da livre concorrência individual no jogo económico. Acreditam na eficácia da razão, e procuram fora da Igreja uma direcção espiritual. É uma grande massa que pede ao escritor, acima de tudo, ideias e sentimentos orientadores e que animem certos novos valores. O escritor encontra assim (...) oportunidades sem precedentes para se fazer ouvir, para espalhar sementeiras doutrinárias ou para provocar correntes emocionais de simpatia, até então só acessíveis aos pregadores religiosos.

Por outro lado, o público do Romantismo não tem uma grande preparação (...). Ignora as convenções e os padrões da literatura clássica (mitologia, história antiga, tópicos e figuras da tradição retórica, regras dos géneros, etc.). Não compreende os valores literários clássicos. Aprecia mais a

emoção do que a sutileza; gosta da expressão concreta imediatamente acessível das imagens e símbolos que dão corpo bem sensível ao pensamento. Está enraizado em vivências locais e regionais: a terra, a rua, a paisagem local, o lar burguês, os objectos familiares (...). Tem uma noção mais sensorial do que os literatos de salão do mundo ambiente, o que o leva a apreciar o realismo descritivo. A sua própria impreparação estética torna-o sugestionável (...) pela simples intensidade e diversidade das impressões. Daqui resultam algumas das características mais geralmente apontadas ao Romantismo: estilo declamatório, por vezes redundante e um tanto vago, em que a abundância prejudica a concisão e o rigor; o gosto pelas hipérbolos e pelas exclamações que dão forma tribunícia ao pensamento; o gosto das imagens, que o concretizam e popularizam; o uso de um vocabulário mais rico em alusões concretas, menos selecto, mais correntio, mais familiar e mais sensorial, a introdução de dados captados no ambiente; o recurso (...) a certos ingredientes fáceis e de quilate duvidoso, mas de resultados garantidos (exotismo, fantasmagoria...) (...); o tom e mensagem ao próximo que assume a obra (...), convertida em meio de comunicação e já não expressão de um mundo fechado de valores. (SARAIVA e LOPES, 1979, p. 713-714)

Nesses tempos, em Portugal, fazer política e fazer jornalismo fundiam-se com frequência. Os jornais, como relembra o escritor Fialho de Almeida (2009), em 1889, eram, frequentemente, um mero trampolim para mais altos voos. Nelson Traquina (2004, p 28) aclara:

Escrever nos jornais era visto como um passo normal na carreira política (...) e um meio aceite para atingir um cargo político. Na ausência de uma imprensa de massas, o jornalismo era mais visto como um primeiro passo para outras carreiras e não uma profissão de direito próprio.

António Rodrigues Sampaio foi mestre nessa arte de fazer do jornal uma tribuna para o orador político. Idêntico juízo fazem António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, p. 724): “Na oratória e no jornalismo, e em posição mais radical, os homens representativos seriam José Estêvão e Rodrigues Sampaio.”

Liberal de esquerda, maçom, revolucionário e quiçá republicano nos seus tempos de juventude, extremamente corajoso, Sampaio defrontou a censura, enfrentou a prisão, travou duelos e viveu na clandestinidade para defender as suas convicções e o seu direito à palavra, o seu direito à comunicação dos seus pensamentos através da imprensa. Rever-se-ia, certamente, na imagem que António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, p. 715) atribuem a Zola, Vítor Hugo e outros: “semeadores de ideias, medem o valor da palavra pelo poder comunicativo, apreciam os grandes efeitos, têm consciência de desempenhar uma autoridade espiritual, estão animados de confiança no progresso.” Os mesmos autores acrescentam:

Entre os profissionais de jornalismo celebrizou-se António Rodrigues Sampaio (...). Colaborador desde 1826 da imprensa liberal (...), aderiu à situação setembrista e em 1840 entrou para a redacção d’*A Revolução de Setembro*, jornal fundado por José Estêvão para combater o domínio político crescente da alta finança, que arvorava o ideal de restauro da Carta e tinha o apoio da Rainha. Quando a restauração cartista se verifica, em 1842, José Estêvão entra directamente nas lides parlamentares e conspirativas, deixando a Rodrigues Sampaio a missão de dirigir na imprensa a árdua luta contra a ditadura cabralista. (...) A vibração indignada dos seus artigos (...) é, com a oratória de José Estêvão, o melhor testemunho de toda essa (...) luta; e, pela crítica desassombada da Rainha e das intrigas palacianas, abriu caminho à posterior propaganda republicana. A massa enorme do seu articulismo de quase meio século de

jornalista (...) [permite] ajuizar melhor da admiração, hoje esquecida, de que foi alvo. (SARAIVA e LOPES, 1979, p. 811)

Rodrigues Sampaio ficou conhecido pela alcunha *O Sampaio da Revolução*, pois o seu nome ficou indissolavelmente ligado ao *Revolução de Setembro*, o jornal de que foi redactor principal² e à frente do qual travou a maioria das suas batalhas, tornando-o o principal periódico do Reino. Confirma-o o título que Teixeira de Vasconcelos deu, logo em 1859, à sua biografia de Sampaio – *O Sampaio da Revolução de Setembro*, reforçada pelo que diz no corpo do mesmo livro:

Um dos jornalistas portugueses que mais exclusivamente tem vivido para a imprensa periódica desde 1834, que por ela adquiriu um nome insigne em Portugal e fora do Reino, e que mais atribulado foi nas perseguições feitas à imprensa, é inquestionavelmente António Rodrigues Sampaio, geralmente conhecido pelo nome Sampaio da *Revolução de Setembro* (TEIXEIRA DE VASCONCELOS, 1859, p. 30-31)

Inicialmente desbragado, Rodrigues Sampaio terá mesmo insultado a Chefe de Estado, a Rainha D. Maria II, a quem, segundo Gomes Leal (1881, p. 29), terá chamado “grande prostituta”. Mas, entrado no período da Regeneração, acabou por moderar-se, quer no posicionamento político, quer na acutilância verbal, a ponto de os seus antigos correligionários o apelidarem de traidor, ao mesmo tempo que os seus adversários conservadores lhe relembavam, criticamente, o seu período revolucionário e os seus apoiantes o aplaudiam.

Abraçando, efectivamente, a causa da Regeneração, que por algum tempo pôs fim à instabilidade política e militar em favor de programas governativos destinados a promover o progresso material do país, António Rodrigues Sampaio iniciou, em 1851, uma carreira parlamentar intermitente que, a par da jornalística, o guindou a membro do Tribunal de Contas, presidente da Câmara dos Deputados e, já plenamente reconciliado com a Família Real, a ministro do Reino. Em 1881, alcançou a presidência do Ministério (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), ponto culminante da sua vida cívica. É possível dizer-se, assim, que Rodrigues Sampaio terá sido o “político de jornal” que maior êxito teve em Portugal, entre 1835 e 1882.

Em acréscimo, tese que se sustentará ao longo deste trabalho, pode mesmo considerar-se que, pelos cânones da sua época, António Rodrigues Sampaio foi um *jornalista*, ou pelo menos um *profissional do jornalismo*, não no sentido que actualmente lhe é dado pela sociologia contemporânea das profissões, tal como foi dissecado, por exemplo, nas obras de Nelson Traquina (2004) ou de Rosa Maria Sobreira (2003), mas sim no sentido explorado por María Cruz Seoane e María Dolores Saiz (2007, p. 23) – era alguém que ganhava a vida a escrever para jornais. Na

² Nominalmente, António Rodrigues Sampaio surge como responsável pelo jornal *A Revolução de Setembro* entre 5 de Outubro de 1850 e 14 de Janeiro de 1860. Aliás, tanto quanto foi possível perceber pela análise ao jornal, a acção jornalística de Sampaio decaiu consideravelmente a partir de meados da década de 60, coincidindo com a sua maior envolvimento na política.

realidade, enquanto não se tornou parlamentar e ministro, Rodrigues Sampaio ganhou a vida vivendo exclusivamente da escrita e direcção de periódicos políticos. Para ele, e no enquadramento tecido pelas autoras anteriormente citadas, o exercício do jornalismo não foi, verdadeiramente, mera *ocupação*, mas sim uma *profissão*.

A proeminência que Sampaio alcançou entre os seus contemporâneos, o sucesso que teve no tempo em que viveu, dá legitimidade à colocação de algumas questões. Quem foi ele? Como obteve sucesso? Como se envolveu no jornalismo? Que papel teve nos jornais em que interveio e como actuava? Qual a influência que exerceu no seu tempo? Através dos seus escritos na imprensa, é possível intuir qual o seu pensamento sobre o jornalismo e sobre a actualidade do seu tempo?

Neste trabalho, metodologicamente assente em pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica em bibliotecas, arquivos e hemerotecas, bem como na leitura e análise do discurso³ quantitativa e qualitativa dos jornais que liderou, procurar-se-á apresentar a vida de António Rodrigues Sampaio, centrando-a, no entanto, na sua actividade jornalística, apesar desta ser indissociável da sua actividade política, e tentar-se-á responder às questões acima levantadas. Visou-se perceber como Sampaio plasmou a sua mundividência no seu discurso jornalístico, que também era um discurso político, incorporando-a no universo simbólico da sociedade portuguesa oitocentista ou, pelo menos, no universo simbólico das elites politizadas da época.

Para essa tarefa, ganharam particular interesse os trabalhos biográficos daqueles que com Sampaio conviveram de perto, em particular os textos de Teixeira de Vasconcelos (1858; 1859) e de Pedro Venceslau de Brito Aranha (1907), fontes principais para a construção da sua biografia, porque se constata que foram eles que deram o tom às reconstituições biográficas posteriores da vida do referido político jornalista, *self-made man* notável do seu tempo, e aduziram os factos que são multiplicadamente referidos nas suas biografias posteriores. Havendo bastante bibliografia sobre a vida de António Rodrigues Sampaio (por exemplo, NEIVA SOARES, 1982, 2006; 2007; SÁ, 1984), incluindo várias obras dos seus contemporâneos (TEIXEIRA DE VASCONCELOS, 1859; FIGUEIRA, 1882; BRITO ARANHA, 1907; VELOSO, 1910), não foi, assim, tarefa complicada reconstruir, em traços gerais, a vida desse sujeito maior da história portuguesa do século XIX – centrando-a, para o caso, nas questões do exercício do jornalismo.

Consultaram-se, também, os jornais *Revolução de Setembro* (principalmente a partir de 20 de Setembro de 1851, data do primeiro artigo assinado de Sampaio⁴, até 1882, ano da morte do jornalista), *O Eco de Santarém* e *O Espectro*, redigidos integralmente por Sampaio, pois foi neles que ele concretizou mais intensamente a sua acção jornalística e o seu pensamento. Do *Espectro*,

³ A grafia de alguns dos excertos de texto aqui citados foi adaptada ao português actual.

⁴ Os editoriais começam a ser assinados com regularidade somente a partir de 26 de Setembro de 1851. No entanto, a 20 e 24 de Setembro são publicados textos assinados por António Rodrigues Sampaio no jornal *A Revolução de Setembro*. O primeiro deles era um editorial; o segundo uma espécie de carta resposta.

usou-se a edição integral de 1880, disponível on-line na Hemeroteca Digital de Lisboa. Porém, essa edição não é totalmente conforme à original e, em alguns números, até apresenta diferenças significativas, conforme se constatou ao compará-la com a edição original (disponível na secção de Reservados da Biblioteca Nacional) e com a edição disponibilizada pela Google Books, que, às vezes, também foi usada, embora menos, por causa da fraca qualidade da impressão de muitos números (hipoteticamente, consequência das vicissitudes que rodearam a impressão do jornal ou por deficiências da própria digitalização).

A análise do discurso, método que, conforme explica Sousa (2006, p. 343), procura “desvelar a substância de um discurso no mar de palavras” que este possa possuir, incidiu sobre (1) os artigos assinados por Sampaio no jornal *A Revolução de Setembro*, sobre (2) textos não assinados⁵ nos quais se reconhece – ou parece reconhecer – o discurso do autor (principalmente sobre os *artigos de fundo* do *Revolução de Setembro*, já que seria este o espaço apropriadamente reservado para o redactor principal do periódico), (3) sobre matérias às quais Neiva Soares (1982) atribui a autoria a António Rodrigues Sampaio, ainda que também não sejam assinadas, e (4) sobre a totalidade do *Eco de Santarém* e do *Espectro*, já que foram jornais escritos por este jornalista. Para a sua concretização, fez-se uma leitura flutuante, embora sistemática, dos jornais referidos; leram-se os textos considerados relevantes e deles recolheram-se os excertos que, tendo em atenção o contexto discursivo, mais contribuíram para dar resposta às questões atrás equacionadas e para ilustrar as constatações que se fizeram sobre a forma e o sentido dos próprios textos.

Assim sendo, embora sistemática, a análise do discurso efectuada centrou-se nos exemplos que permitiram perceber, em termos formais, a forma como António Rodrigues Sampaio construía os seus textos e, em termos de conteúdo, qual era o seu pensamento jornalístico – ou seja, como é que ele encarava o jornalismo e os jornalistas – e qual era o seu posicionamento sobre os acontecimentos e problemáticas do seu tempo. A perspectiva não é histórica, mas comunicacional e até especificamente jornalística. Embora os resultados possam contribuir para lançar luz sobre a história do século XIX em Portugal, o objectivo é o de olhar para Sampaio como produtor de um discurso jornalístico (embora também com valor político) sobre as realidades do seu tempo, atentando, fundamentalmente, nas temáticas que ele abordava, na forma como o fazia e nas fontes que usava.

⁵ Obviamente, não é possível oferecer a garantia de que todos os textos não assinados recolhidos para exemplo no decurso deste trabalho sejam da autoria de António Rodrigues Sampaio. Com elevado grau de probabilidade – atendendo ao espaço onde foram publicados e ao estilo – parecem sê-lo e provavelmente são, pelo que se assume, no decorrer do trabalho, que o são de facto. Se o procedimento não fosse este, um largo período da vida jornalística de Sampaio não poderia ser ilustrado com textos. De qualquer modo, deve registar-se que mesmo a partir de 1851, ano do primeiro artigo assinado por Sampaio, o *Revolução de Setembro* não manteve uma política constante de identificação dos autores dos textos. Por vezes, eram assinados; mas depois havia interrupções nessa política, sem motivo aparente, e podiam passar-se vários meses até que os textos voltassem a ser assinados.

Espera-se, portanto, uma análise do discurso *instrumental*, subordinada ao propósito de reconstrução da *vida jornalística* e da *acção jornalística* de Sampaio. Procurou relevar-se o sujeito histórico por trás do discurso, isto é, o *sujeito histórico autor de discurso*, e tornar mais nítida a maneira como (inter)agiu no palco social da época. Essa instrumentalidade da análise conferiu-lhe, necessariamente, um pendor mais culturológico do que crítico, traduzido mais pela tentativa de clarificação dos *pontos de vista* (ou seja, dos “enquadramentos” – ou *frames*) expressos nos textos de António Rodrigues Sampaio e dos valores que neles se impregnam do que pelo desvelamento de hipotéticas relações de poder e domínio que se pudessem plasmar simbolicamente nos mesmos. De qualquer modo, seguiu-se, em geral, a orientação proposta por Sousa (2004; 2006, p. 343-374) para uma análise do discurso global, quantitativa e qualitativa, de matriz essencialmente culturológica. Assim, fez-se uma análise do discurso pouco preocupada com o confinamento a uma linha teórica e mais centrada no aproveitamento operacional e, quando necessário (como é o caso), *instrumental*, daquilo que os vários posicionamentos teóricos sobre este método pudessem dar à investigação dos fenómenos comunicativos objectos do presente estudo.

Tentou-se, conjunturalmente, explicar o que o jornalismo português foi no século XIX, para depois se apurar qual a acção que sobre ele exerceu António Rodrigues Sampaio, na convicção de que o estudo da dimensão histórica do jornalismo e das suas figuras históricas chave auxilia a compreender a trajectória desta estratégia de comunicação em sociedade até ao momento presente. Várias obras contribuem para lançar luz sobre esse período. É o caso, nomeadamente, da *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, de Tengarrinha (1989), e do livro *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa*, de Alfredo da Cunha (1941) – que incide, todavia, apenas no período até 1820. Biografias de “jornalistas” da época, como a de Alexandre Herculano, elaborada por Jacinto Baptista (1977), ou os trabalhos biográficos sobre publicistas oitocentistas realizados pelos seus contemporâneos, como os de Sampaio Bruno (1906) e de Brito Aranha (1907), são, também, particularmente relevantes para o desvelamento do ecossistema jornalístico e político português da época de Rodrigues Sampaio⁶.

⁶ Noutros países da Europa, também há várias obras “de época” que auxiliam à compreensão do que era o jornalismo continental no tempo de António Rodrigues Sampaio. Particularmente interessante é a *Monografia da Imprensa Parisiense*, de Honoré de Balzac (2009), datada de 1843. Nela, o famoso escritor ataca demolidora mas comicamente o jornalismo francês da sua época, distinguindo entre duas grandes tipologias de redactores de jornais: os publicistas, “escrivinhadores que fazem política” (que se enquadrariam nas seguintes categorias: jornalistas, jornalistas-homens de estado, panfletários, vulgarizadores, falsos publicistas, escritores monobiblo, tradutores, autores de convicções – com vários subtipos em cada uma das categorias); e os críticos, “autores incapazes especialistas na literatura dos outros” (cujas categorias seriam as seguintes: críticos de linhagem antiga, jovens críticos arrivistas, grandes críticos, folhetinistas e pequenos jornalistas – categorias que também admitem vários subtipos). Balzac, que não tinha grande opinião sobre os redactores de periódicos, brinda os leitores com axiomas como “para o jornalista, tudo o que é provável, é verdadeiro”. E conclui, criticando a incipiente mediatização do mundo, que o jornalismo não era mais do que um “alegado sacerdócio” que “ submeteu às suas leis a justiça, aterrorizou o legislador (...), submeteu a realeza, a indústria privada, a família e todos os interesses, enfim, converteu a França numa aldeia em que é mais importante o que dirão [os jornalistas] do que os interesses do país. O número de levitas desta moderna divindade não excede um milhar. O mais insignificante entre eles é um homem sábio, apesar da sua mediocridade, que sempre é relativa. E para

Igualmente importantes para aclarar o “ambiente político-jornalístico” oitocentista são as monografias sobre determinados jornais ou tipos de imprensa, como sejam as obras de Fernando Egídio Reis (2005) sobre o *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha*; de João Pedro Rosa Ferreira (1992) sobre o *Jornalismo na Emigração*, trabalho que se debruça sobre *O Correio Brasiliense*; de António do Carmo Reis (1999) sobre *A Imprensa do Porto Romântico (1836-1850)*; de Luís Bigotte Chorão (2002) sobre *O Periodismo Jurídico Português do Século XIX*; de José Augusto dos Santos Alves (2005) sobre *Ideologia e Política na Imprensa do Exílio – “O Português” (1814-1826)* e *Nas Origens do Periodismo Moderno – Cartas a Orestes* (SANTOS ALVES, 2009). Histórias da literatura, como a de António José Saraiva e Óscar Lopes (1979) ou a dirigida por Forjaz de Sampaio (1929-1942), contribuem, igualmente, para explicar o estilo “jornalístico” oitocentista.

No caso concreto de António Rodrigues Sampaio, adquire particular relevância entendê-lo, como o fazem os seus biógrafos (TEIXEIRA DE VASCONCELOS, 1859; FIGUEIRA, 1882; BRITO ARANHA, 1907; VELOSO, 1910; TENGARRINHA, 1963; SÁ, 1984; NEIVA SOARES, 2006), enquanto político de jornal, escritor persuasivo solitário – apesar de unido ideologicamente aos seus correligionários políticos. De facto, António Rodrigues Sampaio, conforme transparece deste trabalho, não se enquadra no actual imaginário jornalístico, marcado pela socialização dos jornalistas nas redacções. Consequentemente, para explicar a sua vida jornalística e as acções que empreendeu, é importante compreender a conjuntura oitocentista portuguesa, sobretudo no que respeita ao jornalismo e à política. Principalmente, é importante entender, como o faz Rui Ramos (2010), como após a Revolução de 1820 (apesar do interregno miguelista), e especialmente após a Regeneração (1851), se foi construindo, em Portugal, uma *república com Rei*, de que a queda da Monarquia, a 5 de Outubro de 1910, constituiu apenas o culminar do divórcio entre a Dinastia de Bragança e a direita liberal, desiludida pelas cedências feitas à esquerda pelos últimos monarcas portugueses:

A República é incompreensível sem a revolução liberal de 1834 e a republicanização da monarquia. Os liberais reduziram a monarquia a uma “república com um rei”, hostil à antiga nobreza e ao “ultramontanismo”. Depois da Regeneração de 1851, a esquerda radical ficou incorporada no regime. Por isso, os republicanos puderam ter empregos do Estado, publicar jornais, manifestar-se, ganhar eleições. (...) O 5 de Outubro não foi o resultado da falta de liberdade, política ou religiosa, mas do impasse a que chegara a governação liberal. (...) Os conspiradores republicanos avançaram contra um governo de esquerda desanimado e inseguro, contra o qual a direita também preparava um golpe. (RAMOS, 2010, p. 37)

que nada falte à imprensa, tão singular, nela encontramos duas mulheres e dois padres (...). O que se passa com os assinantes ainda é mais inexplicável. Os subscritores de jornais vêm como os seus periódicos mudam de inimigos, destilando amabilidades para com os políticos contra os quais antes abriam fogo todos os dias, elogiando hoje o que até ontem depreciavam, aliando-se como colegas aos que golpeavam na véspera (...), defendendo teses absurdas, e continuam a lê-los e a subscreverem-nos com uma intrépida abnegação jamais vista entre as pessoas. A imprensa, como a mulher, é admirável e sublime quando conta uma mentira, não nos deixa ir embora até que nos força a crer nela, e emprega nesta luta as suas melhores qualidades, a ponto de que o público, tão tonto como o marido, sempre sucumbe.”

É nossa convicção de que foi essa republicanização da Monarquia após a queda do absolutismo miguelista que permitiu a Rodrigues Sampaio, homem da esquerda liberal, integrar-se perfeitamente no regime após a Regeneração de 1851.

É de advertir, contudo, que aqui não se faz uma problematização do estatuto epistemológico da história nem das categorias que no trabalho são utilizadas. A opção talvez não seja a mais lícita para um historiador, mas será, pelo menos, aceitável para um estudo que, embora histórico, é assumidamente de natureza comunicacional e até, mais concretamente, um *estudo jornalístico*, inserindo-se num campo teoricamente sustentado e consolidado por quase quatro séculos de pesquisa e reflexão (SOUSA, 2008a) – o do Jornalismo. Contudo, embora controversamente, pode dizer-se que se opta por uma abordagem associável à da “velha história”, que perspectiva como sendo papel do historiador recuperar, ordenar e relacionar factos históricos provados e documentados, “averiguar por que é que ocorreu aquilo que ocorreu no contexto das múltiplas e variadas coisas que poderiam ter ocorrido” (BONIFÁCIO, 1993a, p. 624-625). Neste sentido, a interpretação da história pode ser uma *versão* do que sucedeu, “uma opinião fundamentada sobre o mundo”, que não dispensa a imaginação, mas não é uma mera ficção, nem arbitrariedade, nem “subjectividade à solta”, até porque “alguma objectividade” é possível, sem o que essa mesma história não poderia ser comunicada (BONIFÁCIO, 1993a, p. 629-630).

O renascimento da narrativa trará consigo o renascimento da história, não como ciência social, mas como *disciplina literária*. Como tal, a história reabilitará o seu terreno de pesquisa tradicional: a política, as grandes figuras, as instituições, a história do pensamento e das ideias, a diplomacia e as relações internacionais, a história militar e constitucional. (...) A história (...) é (...) uma disciplina literária, mas de um género literário específico, com regras próprias e rigorosas (...). Contrariamente à ficção, os factos estão sujeitos a verificação documental e (...) [a história] tem de respeitar regras de inferência conformes à lógica aceite pelo senso comum e tem de satisfazer os requisitos de coerência exigidos pela lógica. (BONIFÁCIO, 1993a, p. 628-629)

Esta ideia vai, igualmente, ao encontro das preocupações de Marialva Barbosa (2008, p. 129), que também vê na história uma interpretação plausível de processos históricos singulares do passado, “um artefacto literário” na qual “o passado é um construto do presente” que depende das perguntas que o historiador lança sobre ele⁷.

Assim, um sujeito histórico com o calibre de António Rodrigues Sampaio não será visto unicamente como o fruto de uma estrutura nem será apresentado à luz exclusiva das ciências sociais. Antes será apresentado como um sujeito que, através do livre exercício da sua vontade, agiu sobre o

⁷ A autora, porém, enfatiza a dimensão fictícia do relato histórico e a predominância da interpretação e da análise sobre os próprios factos históricos, que para Marialva Barbosa (2008, p. 129) não são dados objectivos nem descobertas. Esta visão de Barbosa não será a assumida neste trabalho. Nele não se recusa a ideia de *facto* – incluindo os registos documentais – como *dados objectivos* que servem de prova histórica, nem se recusa a ideia de que, apesar dos discursos históricos serem versões interpretadas e opinativas do que aconteceu, neles alguma objectividade – entendida como predominância do objecto de conhecimento sobre os diferentes sujeitos que conhecem – é possível.

meio e transformou-o, na linha do que defende Maria de Fátima Bonifácio (1993a), para quem, nos estudos históricos, se deve recuperar a tradição literária, embora documentalmente provada, da história, e buscar-se a “empatia” com os sujeitos históricos:

explicar (note-se que não digo “descodificar”) o comportamento de um sujeito (note-se que não digo “prática” nem “actor”) , isto é, explicar o comportamento de alguém que sente, pensa, decide e actua, exige (...) compreensão e empatia (...). Mas o certo é que explicar a partir da “compreensão empática” pressupõe a capacidade de “vivermos” a subjectividade dos outros, de vibrarmos com as suas ambições, de nos infectarmos com as suas invejas, de partilharmos as suas vinganças, de nos emocionarmos com as suas paixões. (BONIFÁCIO, 1993a, p. 627-628)

Procurar-se-á, portanto, neste trabalho, construir uma moldura histórica que permita a compreensão do jornalismo e do ambiente político português oitocentista enquanto fenómenos culturais e não enquanto peças de museu, para, a partir daqui, com base nos registos documentais encontrados, mas também com a imaginação, enquadramento e interpretação possíveis, se construir uma versão informada da vida jornalística de António Rodrigues Sampaio e do seu pensamento jornalístico. Apesar desta faceta da sua vida ser indissociável da sua actividade política, privilegiar-se-á o entendimento que esse sujeito histórico teve do jornalismo, da liberdade de imprensa e do mundo do seu tempo.

1. O jornalismo português no tempo de António Rodrigues Sampaio

Qual a experiência que teve António Rodrigues Sampaio do jornalismo? Esta é uma questão importante para perceber o rumo que a sua vida levou.

Primeiro, torna-se importante acentuar a dinâmica jornalística com que ele contactou, bem sintetizada nas palavras de António José Saraiva e Óscar Lopes (1979, p. 809):

Nos dez anos que precederam a Revolução de 1820, a média de jornais aparecidos anualmente não chegava a quatro, incluindo neste número alguns editados em Londres e no Brasil. Nos anos de 1820-1823, na vigência da primeira Constituição, essa média eleva-se a cerca de 30, para baixar após a abolição da Constituição, subir novamente com a proclamação da Carta, de novo baixar com o miguelismo, e outra vez subir e fixar-se definitivamente num nível muito mais alto a partir da vitória liberal de 1834. As épocas de maior vitalidade popular são também aquelas de maior produção jornalística: iniciam-se 60 jornais em 1836, 57 em 1846, e o número mantém-se elevado nos dois anos (...) de guerra civil (...). As leis cabralistas repressivas da liberdade de imprensa reflectiram-se – como era aliás seu objectivo – na actividade jornalística: o ano de 1850 vê nascer apenas 15 jornais. A partir da Regeneração nota-se um desenvolvimento progressivo da imprensa provinciana (...).

O jornalismo hegemónico português que Rodrigues Sampaio conheceu ao longo da sua vida⁸ – e que marcou a forma de o conceber – era um jornalismo panfletário, marcado pela opinião. Nele, o artigo pontificava, à custa da desvalorização da informação noticiosa. Inclusivamente:

Na sua grande maioria, os jornais são, nos primeiros dois terços do século, panfletos políticos em séries editadas periodicamente. (...) Em vários (...) jornais (...) exercitaram a pena os melhores escritores da época. (...) Mas já desde a primeira revolução liberal aparecem, ao lado dos jornais políticos, periódicos (...) literários e de divulgação cultural (...) e (...) jornais (...) teatrais (...). (SARAIVA e LOPES, 1979, p. 810)

O jornalismo político dos tempos de Sampaio⁹ era, de qualquer modo, um jornalismo de elites, feito pelas elites para consumo das elites, ou, por outras palavras, feito para a burguesia por “escritores de jornal” e “políticos de jornal”, que se viam a si mesmos como jornalistas, mas que desempenhavam a actividade muitas vezes mais por ocupação do que por verdadeira profissão, mesmo quando dela tiravam proveitos financeiros regulares¹⁰. Não eram repórteres, mas sim articulistas, publicistas, opinadores e, não raramente, panfletários (ver, por exemplo TENGARRINHA, 1989; SOBREIRA, 2003; SOUSA, 2008b).

Teixeira de Vasconcelos (1859, p. 26-27), que conheceu de perto a situação, tradu-la assim:

A fundação dos periódicos políticos e de uma grande quantidade de folhas literárias criou a nova e importante classe dos jornalistas, na qual entraram, ou nela se formaram, poetas, historiadores, críticos, filósofos, economistas e homens de grande valia nas ciências e nas letras, e dela saíram para as cadeiras das câmaras ou do ministério e para os mais altos lugares do Estado. (...) Os escritores que são hoje o ornamento das letras nacionais, todos receberam o baptismo na pia jornalística.

Os primeiros jornais doutrinários portugueses, surgidos logo após a Revolução Liberal de 1820, eram publicações artesanais, feitas por um homem só. Não se limitavam a procurar ilustrar ou opinar. Facilmente caíam no insulto e na calúnia, razão pela qual são muitas vezes denominados de *pasquins*. Embora reportando-se à imprensa brasileira, que nessa altura evoluía a par da portuguesa, Nelson Werneck Sodré (1999, p. 85 e p. 157) caracteriza muito bem esses jornais e encara-os de

⁸ Sampaio contactou amiúde com jornais estrangeiros, e usou-os, frequentemente, como fonte, conforme se provará ao longo deste trabalho. No entanto, não era uma pessoa viajada e não pôde observar as dinâmicas entre a imprensa e a população noutros países mais desenvolvidos. Tanto quanto se sabe, aliás, somente terá estado fora do país em 1867, ano em que rumou a Vichy, França, para fazer termalismo.

⁹ Pelo menos até ao aparecimento do *Diário de Notícias*, em 1864 (números de apresentação)/1865 (publicação regular).

¹⁰ Ainda que regulares, eram poucos. Segundo Tengarrinha (1989, p. 190), António Rodrigues Sampaio ganharia apenas 40 mil réis mensais como redactor principal do *Revolução de Setembro* no terceiro quartel de Oitocentos. Marques Gomes (1882, p. 61), um dos jornalistas portuenses que participaram no livro de homenagem a Sampaio editado colectivamente pela imprensa do Porto, afirma que ele recebia como colaborador do *Revolução* 19200 réis mensais, tendo passado a receber 60 mil quando passou a redactor. E diz, como de resto outros dos redactores do mesmo livro, que Sampaio morreu pobre num tempo em que fazer política enriquecia. (Aliás, será que o país mudou muito nessa matéria?)

forma bastante positiva ao classificá-los como “imprensa peculiar, cujos traços de grandeza e autenticidade são normalmente apresentados como impuros”:

Eram vozes (...) bradando em altos termos e combatendo desatinadamente pelo poder que lhes assegurasse condições de existência compatíveis ou com a tradição ou com a necessidade. Não encontrando a linguagem precisa (...), a norma política adequada aos seus anseios, e a forma e organização a isso necessárias, derivavam para a vala comum da injúria, da difamação (...). Não podiam fazer uso de outro processo porque não o conheciam (...) num meio em que a educação (...) estava pouquíssimamente difundida (...), em que os que sabiam ler não tinham atingido o nível necessário ao entendimento das questões públicas e em que os que haviam frequentado escolas superiores se deliciavam em estéril formalismo (...), a única linguagem que todos compreendiam era mesmo a da injúria.

De qualquer modo, atentando nos aspectos positivos do vintismo, Carlos Carrasco, Cecília Cunha e Joaquim Pintassilgo (1983, p. 66) notam que ele trouxe consigo “o gosto pelo jornal”, aspecto não despidendo para a evolução do jornalismo português. Mais do que isso, o vintismo trouxe consigo as ideias da *liberdade de imprensa* como extensão da *liberdade de pensamento*, direito natural do homem, que Alexandre Herculano (1907, p. 17) apelidava “um dogma, o primeiro da religião política moderna”. Mais do que isso, o aparecimento regular de jornais políticos permitiu a solidificação da esfera pública burguesa em Portugal.

A vitória do liberalismo trouxe consigo um grande impulso à imprensa e à tribuna parlamentar. (...) Estes dois géneros têm na literatura uma função importante: é através deles que se estabelece o nexo entre a literatura e o dia-a-dia. O estilo imposto pelo jornalismo e pela tribuna política a escritores que têm de se fazer entender por um público quantitativamente vasto projecta-se inevitavelmente noutros géneros literários e forja grandes correntes de gosto. (CUNHA e PINTASSILGO, 1983, p. 66)

O vintismo, recorde-se, produziu, ainda, os primeiros arremedos de reflexão sistemática sobre o jornalismo português. Autores como o polemista conservador José Agostinho de Macedo (1821a; 1821b; 1821c) criticaram os jornais por reportarem insignificâncias, explorarem as emoções, apelarem à superficialidade do conhecimento, gerarem confusão e anarquia, copiarem-se uns aos outros, dividirem o povo, quererem substituir-se ao Rei, ao Governo e ao Parlamento na definição dos caminhos a trilhar pelo País e serem redigidos por pessoas incultas e impreparadas que procuravam, principalmente, ganhar dinheiro com eles. Por seu turno, liberais como Pedro Cavroé (1821) ou Joaquim Maria Alves Sinval (1823) apresentavam a liberdade de imprensa como decorrente do direito natural dos seres humanos ao pensamento, sendo susceptível de contribuir para a emancipação do homem, para o conhecimento do mundo e, em termos mais prosaicos, para o escrutínio da governação e dos negócios públicos e para a discussão política – ou seja, afinal, para a democracia.

Graças às influências modernizadoras que os emigrados liberais trouxeram para o País, quando regressaram do exílio, em Portugal os jornais artesanais de um único indivíduo, próprios do vintismo, deram lugar, gradualmente, aos jornais do período Romântico, feitos por pequenos grupos de indivíduos unidos ideologicamente para um propósito comum – jornais *de partido*, portanto. Cedo começaram a ser necessários mais recursos para montar um jornal de bases sólidas, nomeadamente uma sede para a redacção e a possibilidade de utilização de uma tipografia bem apetrechada, pois também constantes eram os aperfeiçoamentos nos sistemas de composição e de impressão (TENGARRINHA, 1989, p. 155). Apareceram, nomeadamente, prensas movidas a vapor, ao mesmo tempo que a produção química de tintas melhorava e se incrementava a indústria do papel.

Explica José Manuel Tengarrinha (1989, p. 153):

Estes periódicos que aparecem depois de 1834 diferenciam-se dos anteriores (...) por (...) maior segurança nos processos jornalísticos e apetrechamento técnico mais desenvolvido [e] (...) um novo conteúdo ideológico, aparecendo como órgãos de partidos ou (...) de facções.

Eram, em consequência, jornais que não se limitavam a ecoar o que sucedia no espaço público, antes mantinham com ele um diálogo, já que cada jornal representava uma corrente de opinião política, actuando como respectivo porta-estandarte no colóquio, ou até, na maioria das vezes, no *combate*, com as demais correntes de opinião, frequentemente representadas, também, pelos seus próprios jornais, espécie de extensões do Parlamento. No Romantismo, o aumento do número de publicações políticas consolidava, assim, uma esfera política representativa das diversas facções em confronto, dando consistência aos passos que, nesse domínio, tinham sido dados durante o vintismo. Mais tarde, os jornais industriais, transclassistas, tentariam interferir na própria governação em nome do que entendiam por “bem-comum”, substituindo-se aos próprios parlamentos como legítimos intérpretes da opinião dos cidadãos.

À medida em que se tornavam instituições sociais e espaços de poder simbólico – e real –, os jornais românticos conseguiam propagar os projectos das diferentes facções políticas na esfera pública. Todavia, estando sujeitos à colaboração de um reduzido, e por vezes volúvel, número de colaboradores, podiam manifestar uma certa plasticidade ideológica, consubstanciada nas metamorfoses que as linhas editoriais sofriam. O *Revolução de Setembro*, por exemplo, de um órgão do setembrismo radical, passou, durante a Regeneração, a um periódico defensor do fontismo, deixando de lado as grandes questões ideológicas. Acompanhou, de resto, o trajecto político do seu principal mentor, António Rodrigues Sampaio.

De alguma forma, os jornais românticos portugueses até à Regeneração reproduziam o sistema político existente no país, que, embora representativo (apesar de censitário e sexista), não integrava

partidos políticos como hoje são entendidos. Era um sistema meramente protopartidário ou faccionário, assente, sobretudo, na aceitação e defesa, ou não, por conjuntos mais ou menos organizado de indivíduos, de um dos vários textos constitucionais, segmentando-se em três grandes grupos principais: cartistas, constitucionalistas (incluindo setembristas) e absolutistas (miguelistas, adeptos do Antigo Regime). Dentro dessas facções, podiam surgir grupos ligados ao apoio a um único indivíduo, subservientes à rede clientelar que este juntava à sua volta, caso dos cabralistas e saldanhistas (todos eles cartistas), ou, mais tarde, dos fontistas. A essa esfera pública, juntaram-se os republicanos e outros grupos políticos (socialistas, anarquistas...) e ainda os operários, cujas organizações mutualistas e de defesa, entre as quais os sindicatos, foram responsáveis pela aparição de muitos periódicos. A partir da Regeneração, os partidos políticos tornaram-se, todavia, mais consistentes.

O poder da imprensa romântica residia, portanto, na capacidade de dar expressão simbólica e pública aos mecanismos de poder, contrapoder, balanceamento e arbitragem que permanentemente interagiam no espaço social, em torno de momentos de equilíbrio e de ruptura. Em alguns casos, a publicação de um jornal permitia mesmo a grupos não representados nas duas câmaras do Parlamento a possibilidade de usufruírem de uma voz pública. Era o jornalismo, enfim, que facultava aos grupos de cidadãos fazerem-se ouvir na esfera pública.

É de salientar que, à época, a débil organização das forças políticas e a sua infantilidade ideológica e doutrinária lhes dava pouca capacidade de acção, já de si refreada pelo facto de o Rei deter, segundo a Carta Constitucional, o poder Executivo e o poder Moderador. Os partidos, num estado ainda embrionário, reflectiam a segmentação da sociedade burguesa em grupos de interesses doutrinária e hierarquicamente pouco coesos e fracos. Aliás, em vários casos, conforme sucedeu durante o cabralismo e durante o fontismo, os partidos pouco mais eram do que organizações internamente pouco estruturadas e pouco hierarquizadas que se articulavam em torno de uma personalidade dotada de capital social que conseguia satisfazer, ou manter na esperança de serem satisfeitas, as suas clientelas, até porque os negócios dos principais partidos políticos eram profundamente articulados com a governação ¹¹ (vendas de empregos públicos, benesses económicas, contratos com o Estado...).

Nessa conjuntura, conforme dá conta Teixeira de Vasconcelos (1859, p. 78), a vida de um jornalista político, especialmente se provasse o sucesso na política e chegasse ao Governo, tal como aconteceu com Sampaio, não era fácil. O próprio Sampaio foi desafiado para três duelos, dos quais teve de travar um, por causa do que escrevia.

¹¹ Vistas bem as coisas, na verdade talvez nada de relevante tenha mudado.

O ofício de periodiqueiro tem seus ossos (...). A entrada é de rosas. Os colegas cumprimentam o redactor esperançoso, que debuta, e auguram-lhe um grande futuro. Poucos dias depois, chamam-lhe asno, boçal e estúpido. Passam seis meses, e se ele sobe as escadas de uma secretaria, acusa-no de ladrão e de concussionário, e por dá cá aquela palha mandam-lhe a casa dois padrinhos (...) para combinarem com outros dois sujeitos chamados também padrinhos o modo mais decente de o matarem ou de serem mortos por ele. Osso que custou a vida a Armand Carrel e que por várias vezes pôs em risco a de Sampaio. (TEIXEIRA DE VASCONCELOS, 1859, p. 78).

Como se organizavam os jornais portugueses do tipo do *Revolução de Setembro*, aquele no qual António Rodrigues Sampaio se distinguiu, a meio de oitocentos, em pleno Romantismo? Explica, mais uma vez, o principal estudioso da imprensa periódica portuguesa durante a Monarquia, José Manuel Tengarrinha (1989, p. 189-190):

um jornal de certa importância era, em geral, constituído por um editor (responsável perante as autoridades), por um redactor-responsável (ou chefe da redacção), por um ou dois noticiaristas encarregados da tradução das folhas estrangeiras e da informação nacional (...) e um folhetinista (...). Uma secção que toma então grande desenvolvimento é a de “cartas ao redactor”, através da qual se estabelece uma comunicação íntima e constante entre o jornal e o leitor. (...) O chefe da redacção era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era *um homem*, mais até do que um *partido*. (...) Era o redactor responsável (...) quem (...) imprimia ao jornal uma direcção própria. Cada jornal importante definia-se por uma grande figura: (...) *A Revolução de Setembro* “era” António Rodrigues Sampaio (...). As polémicas que (...) tomavam frequentemente carácter pessoal acentuavam esta característica. Sendo o jornal *todo*, nele se concentravam não apenas as funções de redacção, mas também (...) as de direcção e administração. (...) Além dos elementos da redacção, o jornal contava com colaboradores eventuais, mais ou menos identificados com a linha política do jornal.

Havia, portanto, pouco profissionalismo nos jornais de então. A *profissionalidade* jornalística só então dava os primeiros passos no território português. Brito Aranha (1907, p. 74-75), por exemplo, ao evocar a figura de José Estêvão, um dos fundadores do jornal *Revolução de Setembro*, descreve como se passavam as coisas na redacção:

José Estêvão entrava na redacção, às vezes depois de uma hora [da manhã]. Esperava-o aí um pobre velho, que ele tinha às ordens para escrever o que ditava, pois era sabido que a letra dele ninguém entendia. (...) E José Estêvão zangava-se quando lho diziam e provavam (...).

– Vocês não o entendem? Ora essa! – interjectava ele.

E depois acudia:

– Nem eu... – e ria-se.

O velho secretário, que muito lhe aturou, aguardava a chegada do ilustre jornalista e professor com ar sonolento e aborrecido. José Estêvão não lhe ganhava. Sentava-se à mesa de trabalho na frente do secretário e ditava as primeiras frases do começo do artigo de fundo. Bocejava, fechava os olhos e a cabeça pendia-lhe para a mesa. Passados alguns minutos despertava como se o tivessem acordado com ímpeto e perguntava:

– Então, o que você pôs lá?...

Ao que o velho respondia secamente:

– O que ditou.

– Só isso?

– Mais nada.

– É pouco. Vamos ao resto.

E o processo de ditar continuava com as mesmas intermitências. Ao cabo de duas horas, estava o artigo pronto e deitava a composição do periódico pouco mais do que três quartos de coluna.

Meia hora depois de mandar entregar o original, José Estêvão gritava:

– Chamem-me o Coutinho.

Aparecia logo o chefe da composição tipográfica e, sendo interrogado, respondia:

– O original foi entregue há poucos minutos e era impossível apresentá-lo já em provas. Mas não tem demora.

No dia seguinte, quem lia a *Revolução de Setembro*, não podia apreciar as ralações por que passara o pessoal operário para a dar ao público, mas regalava-se com o artigo enérgico, fogoso, que tinha saído do cérebro privilegiado de José Estêvão.

Uma outra característica pode ser apontada aos jornais do período Romântico, sobretudo quando comparados com os jornais vintistas e com os jornais industriais que lhes sucederam. Neles colaboraram grandes nomes das letras e humanidades, como Alexandre Herculano, Almeida Garrett e, mais tarde, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. A sua colaboração serviu para elevar e até individualizar o estilo dos textos, o que, aliado a uma apresentação gráfica crescentemente cuidada, promoveu a adesão do público. Pode dizer-se, inclusivamente, que a actividade jornalística ganhou prestígio suficiente para alguém como António Rodrigues Sampaio ter ascendido social e politicamente apenas graças a ela, pois ele, antes de se dedicar à política partidária, exercia o jornalismo em exclusividade, num tempo em que eram raros os que o conseguiam fazer. De qualquer modo, começavam a surgir três tipos de pessoas envolvidas nos jornais: os “políticos jornalistas” que produziam textos emotivos e persuasivos num estilo fluente; os “escritores de jornal”, literatos que emprestavam aos textos a marca da elevação literária e da perfeição; mais tarde, os repórteres e noticiaristas, que redigiam informações da mais variada índole, em especial notícias da política e da polícia (consultar, entre outros, CUNHA, 1941; TENGARRINHA, 1989; SOUSA, 2008b; SOBREIRA, 2003).

Tengarrinha (2006, p. 137) sugere que foi o combate ao cabralismo que transmitiu “apaixonada impetuosidade” ao jornalismo político romântico:

O estilo jornalístico (...) nada tem do equilíbrio e regras dominantes dos textos clássicos. É visível a influência que recebe da oratória romântica (...). Em geral, é a mesma impetuosa carga emocional, o mesmo estilo declamatório, empolado, cheio de expressões redundantes. Causava o maior efeito não apenas em quem lesse, mas também em quem ouvisse, pois com muita frequência os editoriais eram lidos em voz alta nos sítios públicos (...).

Traço marcante é a relação que esse jornalismo (...) estabelece com o leitor. Ao contrário da “fase industrial” que se seguirá (...), com carácter pretensamente objectivo, o intento então era transmitir opiniões que estabelecessem uma relação de fidelidade com os leitores. Formavam-se, assim, correntes de opinião (...). E (...) projectava-se a ideia e a palavra na acção, impelindo à intervenção pública.

Luz Soriano (1854, p. 22), que conviveu de perto com essa imprensa, não tinha dela boa opinião, apelidando-a de “depravada”, “imprensa de partido (...) monopolizada nas mãos de meia-dúzia de jornalistas, só serve para falar às paixões, aos ódios e aos rancores pessoais, indo como tal (...) devassar tudo quanto há de mais privado”. Também Teixeira de Vasconcelos (1859, p. 27) evoca o jornalismo do meio do século XIX, atentando nos problemas da actividade:

A influência dos jornais é grande em Portugal e podia ser muito maior se os ataques à vida particular dos cidadãos e a pouca compostura de linguagem lhes não diminuíssem consideravelmente a autoridade. Há muita gente que finge em público desprezá-los, mas que os lê com avidez em particular. (...) Esses mesmos, se uma linha os molestou (...), acodem logo ao escritório do periódico ou à caça dos redactores com uma resposta de duas colunas e se as coisas públicas não andam a seu gosto, não largam os redactores.

Igualmente Guimarães Fonseca (1874, p. 19), que dirige a Sampaio uma carta laudatória, não tinha boa opinião dos jornais de que era contemporâneo:

A moderna geração não visa tão alto no diurno gladiar de questiúnculas e nas apoteoses guindadas aos anónimos viscondes do *high-life*. A imprensa, com honestíssimas e brilhantes excepções, que escuso de especificar porque se filiam ainda na escola de V. Ex.^a, negoceia as vulgaridades argentarias, ou adula os dispensadores das graças régias. Não discute com a ciência dos factos, com a crítica dos acontecimentos. Não agride o mal, não verbera o crime (...), acusa fantasiosamente, deprime por cálculos egoístas, rouba o estímulo do louvor (...), assim desvirtuada, esta grande vestal da opinião pública, assim prostituída e esguedelhada nas orgias imundas assim arrastada no lodo vil das paixões brutais.

Em 1889, quase na viragem do século XIX para o XX, o escritor Fialho de Almeida (2009, p. 32-33), criticava, com palavras irónicas e corrosivas, os jornalistas, num texto que, na altura, se tornou célebre. As suas palavras descrevem bem o arrivismo daqueles que faziam do jornalismo um trampolim para outros voos e a forma atamancada e deformante de praticar um velho-novo género jornalístico – a reportagem:

Em Portugal estamos assistindo há anos a este emergir de impunes à superfície do charco social: e os tímidos vêm com assombro formilharem das baiucas dos jornais (...) criaturinhas que vêm para a política como quem vai para o Brasil, de tamancos ainda, falando a galegagem da sua cidade natal, (...) quatro frases e meia na memória (...); e instalarem-se, começarem a tramar, a rastejar pela Arcada, a rabiar pelos locais dos jornalecos, solicitando a apresentação deste, o aperto de mão daquele, licença para escreverem a biografia daqueloutro; até que um dia aparecem já patrões, grandes concessionários (...), absolvidos do primeiro escândalo por uma opinião que os não vergasta, dobrando as energias (...) pelo estridor das insolências que vomitam, e espavorindo enfim as consciências, pelo tropel de escândalo de que fazem estendal.

Destes *Barry Lindon*¹² que vêm à capital tentar fortuna, o mais típico é o jornalista (...) pimpão, lesto em moral, intransigente em fórmulas de honra, desabusado porém de todas as crenças, batido de todas as misérias, esfomeado de todos os prazeres, (...) que (...) põe a sua fortuna num artigo (...), incorrendo na alternativa de acordar director-geral, ou ter de fazer saltar os miolos (...).

O público já tem assistido à alvorada duns poucos desses (...) e sabe que interpretação esses homens têm dado ao direito de pensar alto (...). Sob o consulado destes, a imprensa deixou de ser a voz da inquietação pública (...). Eles torceram o espírito de controvérsia de que vive o jornalismo (...) em testemunho falso e vilipêndio: a bela e calma linguagem falada outrora, nas pugnas vivas, porém nobres, do jornal, eles a tornaram (...) ódio, que se vomita (...) em inqualificáveis grosserias. E nem vislumbre de espírito alto, ironia pungente, ou dum ideal filosófico (...).

Quanto aos jornalistas, dêem-me seis que tenham passado a vida a defender os interesses do povo, sem fazer da redacção elevador para uma aposentadoria; dêem-me quatro onde eu escolha um grande homem de letras, ou simplesmente um grande homem de espírito (...). E a razão salta sem esforço. Os jornais (...) foram fundados para a aerostação política dum nome, para a defesa de um sindicato, ou para

¹² Personagem de um romance inglês que retrata a sorte de um arrivista.

fazer ganhar dinheiro a um imbecil. (...) O jornalismo é um sítio de passagem (...) onde cada qual se demora o menos que pode.

Todos (...) contam fazer nos jornais apenas uma estação de preparo para esta ou aquela tentativa de fortuna, (...) uma ocupação sem nobreza (...).

Dada (...) a duração efémera da vida jornalística, nenhum homem de talento pode fazer do jornal a sua obra, nem convergir para artigos de transição, rápidos e destinados a viver vinte e quatro horas, o mais impressivo das suas faculdades (...). Se toco os outros, bastará dizer que o mais exclusivo e tenaz dos nossos jornalistas teve (...) uma mocada nos cascos (...).

O tirocínio destes famélicos é curto. Quase todos começam por imprimir atitudes de puros e de austeros; têm a palavra pronta, bravatas hábeis, apoplexias de cólera no argumento; e intransigentes na fórmula, esses homens surgem para a credence os tolos como umas transfigurações da ombridade antiga e portuguesa. (...) Ninguém exige um passado a estes charlatães, como garantia de futuras responsabilidades. (...) Quatro ou cinco meses depois de mortos, não restará desses homens uma ideia, uma frase sequer, uma palavra. Serão lembrados (...) pelo crime de haverem desviado a consciência pública de (...) ideias justas (...); por haverem lançado (...) perturbações (...); por explorarem a tolice; pela lisonja; por haverem preterido o mérito ao empenho e formulado em evangelho a posse da riqueza (...). Quanto à *reportage* dos *faits divers*, essa abusa do escândalo, intervém nas deliberações dos magistrados, deturpa factos, reabilitando ou maculando, consoante as flatulências do génio em que amanhece.

Os jornais políticos da época eram lidos, principalmente, pela “burguesia triunfante”, essa mesma que, segundo Teixeira de Vasconcelos (1859), não largava os redactores, e que “não tinha uma educação literária requintada (...) nem cultura profunda, nem grandes preocupações e exigências formais, e procurava sobretudo uma aquisição fácil e rápida de conhecimentos gerais e o debate dos problemas concretos da administração pública.” (TENGARRINHA, 1989, p. 151)

De qualquer modo, a generalidade dos jornais publicados em Portugal, ao tempo de António Rodrigues Sampaio, prosseguiram a tradição da apaixonada e individualista combatividade política dos pasquins de um homem só. E para além disso, acentuavam a sua diversidade, correspondendo, portanto, a equivalente segmentação das ideias políticas e do público burguês, incluindo cada vez mais mulheres. Tengarrinha (1989, p. 155) é da mesma opinião:

Surpreendemos no jornalismo político após 1834 (...) um novo conteúdo ideológico (...). A imprensa vintista (...) exprimia a luta entre o absolutismo e o constitucionalismo (...). Agora aparecem jornais progressistas defensores dos estratos mais baixos da população, em especial da pequena burguesia, e jornais partidários de uma ordem cartista moderada, que beneficiava especialmente os grandes proprietários de terras e a alta burguesia comercial. Mas além destes, surgem também os primeiros periódicos (...) nem progressistas nem moderados (...). O que neles se exprime (...) é apenas um estado de insatisfação, de desacordo (...), uma posição meramente negativa.

Qual seria, no entanto, a sua real influência? Conjectura José Manuel Tengarrinha (1989, p. 205-206):

Foi nesta (...) época que o jornalismo exerceu mais vincada influência na opinião pública. O âmbito dos leitores alargou-se (...) até à pequena burguesia. (...) Os jornais (...) eram (...) o centro da vida política e social. Por eles se liam os debates nas câmaras, se conheciam as disposições oficiais, se discutiam as directrizes do partido ou da facção expressas nos artigos de fundo, se sabiam os principais acontecimentos (...), se adquiriam conhecimentos (...), se dispunha de um meio de distração e divertimento. Essa influência é tanto mais evidente quanto é certo que os leitores se agrupavam em

torno dos jornais com que se identificavam (...), sendo de admitir (...) que as opiniões expostas (...) fossem reforçar ou corrigir as suas ideias. (...) Mas neste ponto da questão não podemos esquecer a esclarecida afirmação de R. Manevy: “A imprensa *faz* a opinião (...) na medida em que esta se quer deixar fazer”.

Com a vantagem de com eles conviver, Teixeira de Vasconcelos (1859, pp. 28-29) reflecte, identicamente, sobre a influência que os periódicos da sua época teriam na sociedade portuguesa e, pertinentemente, conjectura sobre os efeitos do jornalismo na própria língua portuguesa:

Os jornais têm, pois, uma importância considerável nos negócios públicos, como é de justiça num governo livre, e tanto os periódicos políticos, como os literários, contribuem diariamente para a propagação da leitura, instruem e recriam as pessoas (...) e excitam a mocidade ao exercício das funções literárias. A língua portuguesa perdeu por intervenção deles uma parte da sua pureza vernácula (...), mas adquiriu maior elasticidade do que tinha antes. Eu creio que a cessação dos jornais em Portugal seria uma grande calamidade pública, porque ao Governo faltaria o meio mais fácil de conhecer a opinião geral, e aos governados o desafogo de pôr no papel as suas boas e más paixões, que teriam de manifestar-se por outros meios, mais perigosos. O jornal contribui para obstar às conspirações, como o duelo evita a (...) emboscada (...).

A crítica mais sarcástica, e talvez também a mais engraçada, aos jornais portugueses de oitocentos veio pela pena sempre corrosiva de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, logo no primeiro número de *As Farpas*, lançado em Maio de 1871¹³. É um excerto longo, mas que vale a pena ler por completo, já que levanta uma questão central: seriam os jornais políticos românticos portugueses assim tão diferentes uns dos outros?

Vejam a imprensa. A imprensa é composta de duas ordens de periódicos: os noticiosos e os políticos.

Os políticos têm todos a mesma política:

A – quer ordem, economia e moralidade.

B – queixa-se de que não há economia nem moralidade, o que ele receia muito que venha a prejudicar a ordem.

C – diz que a ordem se não pode manter por mais tempo, porque ele nota que principia a faltar a moralidade e a economia.

D – observa que no estado em que vê a economia e a moralidade, lhe parece poder asseverar que será mantida a ordem.

Os periódicos noticiosos têm todos a mesma notícia:

A – noticia que o seu assinante, colaborador e amigo X partiu para as Caldas da Rainha.

B – refere que o seu amigo, colaborador e assinante que partiu para as Caldas da Rainha é X.

C – narra que para as Caldas da Rainha partiu X, seu colaborador, assinante e amigo.

D – que se esqueceu de contar oportunamente o caso, traz ao outro dia: “Querem alguns dizer que partira para as Caldas da Rainha o nosso amigo, assinante e colaborador. Não demos fé.”

Se a imprensa é assim harmónica na exposição da doutrina, nem sempre o é na apreciação dos factos.

¹³ Diga-se que n’*As Farpas*, Eça e Ramalho são pródigos a criticar com ironia a imprensa oitocentista portuguesa. No número de Outubro de 1871, por exemplo, revelam o seguinte: “Há um mês, (...) um telegrama do sr. visconde de S. Januário comunicou ao Governo a lívida notícia de uma sublevação em Goa (...). O telegrama (...) era como uma charada (...). Segundo a *Revolução de Setembro*, aquilo queria dizer *vitória*; segundo o *Diário Popular*, *catástrofe*. (...) Veio finalmente o correio trazendo resolvido o problema (...).

Assim, por exemplo, o ministério *Fulano* propõe em Cortes que – atentos os serviços da ostra – o Governo seja autorizado a declarar que se considera a ostra como um verdadeiro pai!

Então, os jornais *Fulanistas* exclamam:

O Governo acaba de se declarar pai da ostra. É uma medida de grande alcance! É uma garantia para a ordem, é um penhor solene de zelo pelos serviços públicos. Quando um Governo assim procede, pode dizer-se que ampara com mão segura o leme do Estado, e que caminha na senda do progresso.

Mas no imediato, por qualquer coisa, o Ministério *Fulano* cai. Sobe o Ministério *Sicrano* e logo em seguida propõe em Cortes: – que de ora em diante, atentas grandes vantagens para a causa pública, o Governo se declare para todos os efeitos, em relação à ostra, mais do que um pai, uma verdadeira mãe.

Dizem os mesmos jornais *Fulanistas*: “O Ministério é ominoso, que com mão tão incerta dirige o leme da causa pública, declarou-se mãe da ostra, É mostrar um profundo desprezo pela ordem e pela economia! Quando um Ministério assim pratica é que vai no caminho da anarquia e leva-nos ao abismo. Que se acautele! Ficamos de atalaia a esta questão.”

Também não é igualmente harmónico o processo para julgar as pessoas.

O Sr. Fulano é feito presidente de ministros: vai à Câmara.

Ao outro dia, dizem os jornais ministeriais: “O nobre presidente do Conselho tinha ontem à sua entrada na Câmara umas magníficas botas de pelica. Que admirável pelica! Só quando se tem como Sua Ex.^a um tão grande zelo pelo bem do País e uma tão grande experiência das coisas públicas, se pode encontrar uma tão boa pelica.

Os jornais moderados, em expectativa, de meia oposição, dizem: – Não somos adutores do poder, dizemos-lhe em face a verdade: conhecemos a longa experiência, os altos dotes oratórios, do Sr. presidente do Conselho, mas apesar do seu tacto político, S. Ex.^a tinha apenas umas botas moderadas de vitela francesa.

Os jornais de oposição feroz exclamam: – Insensatos! Quereis lançar-nos no abismo das revoluções? Desafiáis a cólera do Povo? Que vindes vós falar na experiência, nas virtudes cívicas do Sr. presidente do Conselho? É um sujeito ominoso. Não! As suas botas não são de vitela francesa, como quer a oposição hipócrita, nem de pelica fina, como quer uma maioria venal. As suas botas demonstraram que caminhamos para a anarquia: são de coiro de Salvaterra!.

Mais à frente, Eça e Ramalho, no mesmo número das *Farpas* (Maio de 1871), reforçam a ideia de que os jornais políticos seriam um tanto ou quanto insensatos e trabalhariam para a sua própria descredibilização, escrevendo o seguinte:

– E vós, jornais políticos, não confessais vós todos os dias a impotência dos vossos políticos? Não vos tendes dito uns aos outros os extremos insultos? Não vos tendes destruído uns aos outros? (...) Não é verdade que o *Diário Popular* tem dito dentro do sistema que o sr. Fontes é incapaz de organizar o país? É. – Não é verdade que a *Revolução [de Setembro]* tem provado à saciedade, dentro do sistema, que o sr. bispo de Viseu é incapaz de organizar o país? É. – Não é verdade que a *Gazeta do Povo* tem provado que ambos eles são incapazes? E não é verdade que a *Revolução* e o *Diário Popular* têm dito uniformemente que o incapaz é o Sr. Braamcamp? É. Por consequência, parece que estais inutilizados uns pelos outros. (*As Farpas*, n.º 1, Maio de 1871)

Por isso, os autores, ainda no mesmo número das *Farpas*, aconselham a imprensa política a deixar as discussões fúteis e fulanizadas para abordar os temas que verdadeiramente interessariam aos portugueses:

lembrem-se de que o que o País necessita é – força para o seu carácter, ciência para o seu espírito, justiça para sua consciência! Falai-lhe das questões económicas, do salário, do trabalho, da família, da sanção moral, da educação – e sobretudo da pacífica revolução agrária que deve transformar as

condições da vida portuguesa. A política, deixai-a sempre ficar consigo mesma. (*As Farpas*, n.º 1, Maio de 1871).

A permanente agitação política e militar em que o país viveu ao longo da primeira metade do século XIX teve uma consequência: o interesse pela informação e pela opinião sobre o país recrudesciu. O Reino ocupava cada vez mais páginas nos jornais, enquanto o noticiário do estrangeiro se reduzia na mesma proporção (TENGARRINHA, 1989, p. 156). Porém, teve também uma consequência negativa, pois por variadas vezes se constrangeu a liberdade de imprensa no País, quer durante o miguelismo, quer durante o cabralismo e a posterior guerra civil da Patuleia. De facto, os períodos de 1828 a 1832 e de 1840 a 1851 foram negros para a liberdade de expressão e para o jornalismo português, suscitando, por vezes, reacções violentas. Por exemplo, logo em 1840, autor anónimo, num opúsculo relatando o *Processo de Arresto na Tipografia Onde se Imprime “O Atleta” ou Alguns Monstruosos Atentados do Ministério Público Contra a Liberdade de Imprensa*, escrevia o seguinte:

A liberdade de imprensa é o escolho em que os déspotas costumam naufragar, e por isso é que a guerra que estes lhe fazem é tão cruel! Um governo representativo sem liberdade de imprensa seria o mais despótico e tirano de todos os governos – as prevaricações e torpezas dos governantes ficariam em tal caso cobertas com o véu da obscuridade e assim poderiam eles caminhar desenfreados na estrada do crime, livres das censuras da imprensa, e a coberto dos tiros da opinião pública! (p. 4)

Registe-se, inclusivamente, que quando o perigo de imposição de novos constrangimentos ao jornalismo aumenta, intensificam-se as acções em defesa dessa liberdade. Foi o que aconteceu em 1850, ocasião em que se ergueram várias vozes contra os projectos de restrição da liberdade de imprensa acalentados pelo (segundo) Governo de Costa Cabral. No libelo *A Imprensa e o Conde de Tomar*, por exemplo, José Maria do Casal Ribeiro (1850), na linha do que António Rodrigues Sampaio fez nos jornais e pela sua acção, denuncia os processos contra a imprensa tentados por Costa Cabral e critica o projecto da futura “Lei das Rolhas”. Vaticina Casal Ribeiro (1850, p. 7-9) que, com essa lei, a imprensa livre iria acabar, pois destruiria as garantias dos réus, impor a censura sob a forma de “prevenção administrativa”, aboliria “as garantias à livre comunicação dos escritos”, impediria críticas às acções dos governantes, dos titulares do poder judicial e dos funcionários públicos, possibilitaria a suspensão de jornais pela simples decisão de um ministro e obrigaria à apresentação de garantias pecuniárias insuportáveis para a fundação de jornais políticos.

Interessantemente, no mesmo opúsculo, José Maria do Casal Ribeiro defende que a liberdade de imprensa deve ser antidogmática, razão pela qual ataca, igualmente, uma cláusula da proposta de lei que impedia qualquer discussão sobre “o dogma político da legitimidade do chefe de Estado” (CASAL RIBEIRO, 1850, p. 13). Para ele, é necessário convencer com inteligência acerca das questões políticas, e não proibir a discussão.

Expondo, por outro lado, o seu ponto de vista doutrinário em matéria de liberdade de imprensa, o autor explica:

Há dois sistemas opostos em relação à comunicação dos pensamentos – o da censura e o da liberdade. O primeiro nega o direito; o segundo exige responsabilidade ao exercício dele. O primeiro previne e impede; o segundo pode castigar. O primeiro é estacionário e falso, conduz (...) ao obscurantismo; o segundo é amplo e progressista, o seu fim é a ilustração. No primeiro sistema, o escrito não tem garantia que lhe assegure a publicidade (...), o escritor tem a certeza de não ser punido; no segundo, o escrito é livre (...), o escritor responde perante a lei pelo uso que faz dessa liberdade. A Carta Constitucional adopta o segundo sistema, e rejeita completamente o primeiro. Nada porém mais absurdo, nada mais iníquo, nada mais despótico do que um misto dos dois sistemas. Embaraçar por todos os modos a publicação dos escritos, cercar a imprensa de peias e estorvos, impedir directa e arbitrariamente pela acção administrativa a comunicação do pensamento, e redobrar depois a responsabilidade do escritor, é revestir o poder de uma armadura impenetrável e, ao mesmo tempo, armá-lo com uma espada de dois gumes. (CASAL RIBEIRO, 1850, p. 23)

O jornalismo político seria, portanto, indispensável à democracia:

O jornal político é (...) o que mais pode prejudicar um governo imoral, assim como é o mais firme esteio de um governo justo. É a sentinela constante do poder, que lhe vigia os passos, que lhe segue os movimentos, que os discute diariamente, que o entrega à admiração ou ao desprezo, à estima ou ao ódio da opinião pública.” (CASAL RIBEIRO, 1850, p. 24)

Pelo que se infere das palavras de Casal Ribeiro, a liberdade de imprensa deveria ser entendida como uma liberdade não apenas antidogmática, mas também fundamental para o controlo dos poderes, para o controlo da licitude e legitimidade dos actos políticos, para combater a corrupção, expondo os prevaricadores, e para evitar que o uso do poder se convertesse em abuso. Ou seja, a meio do século XIX, trinta anos passados sobre a Revolução Liberal, já havia em Portugal plena consciência dos valores que norteiam a aceitação do princípio da liberdade de imprensa – valores esses também reconhecidos por António Rodrigues Sampaio.

Também Silva Ferrão (1850, p. 8), em *O Uso e o Abuso da Imprensa*, discute os novos constrangimentos à imprensa, em virtude da promulgação da “Lei das Rolhas”. Ele considera que “Na ordem política, a imprensa é para as Nações modernas o mais poderoso e talvez o único baluarte das liberdades pátrias.” E o autor recorda que ainda não havia governo que não tivesse tentado “escravizar” a imprensa. Defende, todavia, “a maior liberdade na comunicação das ideias, dos pensamentos (...) por meio da imprensa”. Escreve ele:

Não há (...) nação alguma (...) em que não exista um tribunal (...) da opinião pública. Se o povo é ignorante e corrompido, (...) desconhece (...) os seus (...) interesses e, pela onnipotência dos decretos, perpetua o mal e impede o bem. Mas se o povo se acha precavido contra o erro (...) será sempre justo e esclarecido (...). Mas de que maneira poderá esse tribunal ser instruído da instrução de uma lei, dos vícios de outra, dos erros da administração, do mal que o Governo tem feito ou que media fazer? Como poderá reunir-se nele o sufrágio universal a favor de uma medida útil? Como poderá ele conhecer os projectos de um ministério iníquo ou os abusos de autoridade de um magistrado? (...) Por nenhum outro

meio (...) que pela liberdade de imprensa, que as leis devem (...) proteger (...). Assim o exigem (...) o interesse público [e] (...) a justiça. (SILVA FERRÃO, 1850: 10-11)

Para o referido autor, a liberdade de imprensa seria fundada no *direito natural* de cada membro da sociedade pensar e contribuir para o seu bem comum. Mas ele reconhece, porém, que há quem abuse dessa liberdade e que, pela imprensa, em vez de se ilustrar o povo e guiar a opinião pública, se podem propagar a subversão, a desunião e a maledicência (SILVA FERRÃO, 1850, p. 14-15). Ainda assim, diz que “a liberdade de tudo escrever será sempre mais vantajosa do que as falsas restrições”, pois “o que é bom, razoável e útil triunfará sempre” (SILVA FERRÃO, 1850, p. 17).

Mesmo depois da Regeneração, em 1851, vários governos – e paradoxalmente mesmo aqueles a que pertenceu o próprio António Rodrigues Sampaio, tido até então por um campeão das liberdades – perseguiram os jornais oposicionistas, embora recorrendo mais a constantes processos judiciais do que à promulgação de legislação restritiva da liberdade de imprensa (ver, nomeadamente, GOMES LEAL, 1881). Luz Soriano (1854, p. 47), por exemplo, revela, com ironia, que António Rodrigues Sampaio, visto por muita gente como “patriarca da liberdade”, ter-lhe-ia movido um processo judicial por abuso de liberdade de imprensa. E diz: “Eis aqui a verdade do encarniçamento com que ele, até hoje, advogava a mais ampla liberdade de escrever (...). Eis aqui o homem que pela prática das suas (...) acções nos vai dar (...) o desmentido de tudo sobre que tal assunto escrevera.” (LUZ SORIANO, 1854, p. 47)

De qualquer modo, talvez algumas pessoas estivessem cansadas da imoderação da imprensa política. Por exemplo, em 1859, Luciano de Castro deu à estampa uma *Colecção da Legislação Reguladora da Liberdade de Imprensa* na qual, como introdução relembra que apesar de o direito de pensar não merecer discussão, a comunicação dos pensamentos exige responsabilidade, “que põe balizas aos arrojados voos da razão desvaivada ou deploravelmente desencaminhada” (LUCIANO DE CASTRO, 1859, p. 7). Por isso, o autor é crítico contra a falta de responsabilidade pessoal, que levava, muitas vezes, a abusar-se da liberdade de imprensa:

Muitas vezes, a paixão substitui a fria imparcialidade da razão esclarecida e a voz dos interesses políticos ou pessoais levanta-se sobre os ditames da verdade e da lógica dos factos. (...) Nem sempre a imprensa (...) tem em consideração os seus deveres de rigorosa imparcialidade na justa apreciação dos homens e das coisas, e (...) por vezes o amor imoderado a exaltadas convicções e a demasiada fé nas ideias (...) encaminham-na para (...) excessos (...). Daqui têm deduzido argumento contra ela os seus numerosos adversários (...). E foram logrando os seus intentos, porque (...) as leis repressivas da liberdade de imprensa (...) revestiram sucessivamente mais austeras feições (...). (LUCIANO DE CASTRO, 1859, p. 26-27)

Pior ainda, o público também estaria ressabiado contra os abusos de liberdade de imprensa:

Cansado o público de contemplar muitas vezes a razão casada à injustiça, a paixão no lugar da verdade, a mentira e a calúnia no lugar da rectidão do julgar, e da imparcialidade no descriminar a inocência e o crime, confunde no mesmo sentimento (...) os bons e os maus jornais (...). A indiferença geral pelo que se diz (...) na imprensa (...) é a (...) consequência desta situação. (LUCIANO DE CASTRO, 1859, p. 28)

Portanto, para Luciano de Castro, se a imprensa quisesse ter influência, teria de usar a sua força moderada e discretamente.

Foi, logo, com um jornalismo político e doutrinário, exacerbado e truculento, apaixonado e polémico, arrebatado e até insultuoso, que questionava permanentemente os limites da liberdade de imprensa, que Rodrigues Sampaio conviveu e foi nele que se habituou a ver um “verdadeiro” jornalismo – porque o outro, o jornalismo de notícias, reportagens e entrevistas, feito para informar e dar lucro mais do que para arregimentar e animar partidários de uma causa, só se afirmaria verdadeiramente no país a partir da fundação do *Diário de Notícias*, em 1864 (números de apresentação), apesar das infrutíferas tentativas anteriores de criação de jornais predominantemente noticiosos, caso do *Jornal de Utilidade Pública* (1841) e do *Telégrafo* (1845), cujo insucesso se poderá ter devido à incapacidade de fornecer notícias actuais, conforme sugere Tengarrinha (1989, p. 216). De facto, foi somente na Regeneração que se criaram ou estabilizaram as estruturas que permitiram o surgimento de uma imprensa industrial capaz de oferecer um produto mais centrado no relato de ocorrências do que na discussão de problemáticas, ainda que estas também nela pudessem ter lugar quando abordadas em nome do “bem comum”.